

SC11372

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

Addis Ababa, ETHIOPIA

P. O. Box 3243

Telephone: 517 700

Fax: 5130 36 website:

[www. Africa-union.org](http://www.Africa-union.org)

CONSELHO EXECUTIVO

Vigésima Quarta Sessão Ordinária

21-28 de Janeiro de 2014

Adis Abeba, ETIÓPIA

EX.CL/819(XXIV)

Original: Inglês

RELATÓRIO DA COMISSÃO SOBRE A SITUAÇÃO NO MÉDIO ORIENTE E NA PALESTINA

**RELATÓRIO DA COMISSÃO SOBRE A SITUAÇÃO NO MÉDIO ORIENTE E NA
PALESTINA
MAIO DE 2013 – JANEIRO DE 2014**

I. Introdução

1. A União Africana acompanha de forma regular e atentamente a evolução da situação na Palestina, com base no princípio de solidariedade de África e os países árabes a luta de libertação do povo palestino, nos seus esforços para criar um Estado independente nos territórios palestinos ocupados por Israel desde 1967, bem como a posição do mundo árabe que exige a retirada de Israel dos Montes Golã e do Sul do Líbano.
2. Durante o período em análise, os esforços dos Estados Unidos da América exerceram pressão sobre a parte Israelita para retomar as negociações de paz, com vista a alcançar uma solução abrangente e justa para a causa palestina e sair do impasse que afecta o processo de negociação há bastante tempo. Infelizmente, a insistência de Israel de proceder com a sua expansão dos colonatos e o regime do apartheid, bem como o sofrimento contínuo dos prisioneiros palestinos nas prisões israelitas vai contribuir para que haja resultados pouco animadores nas negociações Árabe - Israel.
3. A situação política prevalecente na região do Médio Oriente tem contribuído para um impacto negativo sobre as perspectivas para a resolução pacífica da causa palestina. Este clima político regional é caracterizado, entre outros aspectos, pela guerra civil na Síria e o que actualmente está a acontecer no Líbano, a situação de instabilidade e o impacto negativo das negociações internacionais do Irão sobre questões nucleares, aliado à pressão internacional sobre a região Árabe e o Médio Oriente, bem como a disputa interna entre Hamas e a Autoridade Palestina.

II. A situação nos territórios ocupados da Palestina:

4. A parte ocupada de Jerusalém Oriental ainda constitui sofrimento causado pela agressão israelita e a ampla campanha de Judaização que visa desafiar todas as características árabes, islâmicas e cristãs da Cidade Santa e reduzir a população, à medida do possível, através da confiscação das suas terras, destruição das suas casas e rodeando-as por enormes colonatos, para além de adoptar leis que permitem que os Judeus façam as suas orações na Mesquita Al Aqsa que Israel considera como parte do seu território. Ademais, a tentativa de Israel de dividir a Mesquita de Al Aqsa entre Muçulmanos e Judeus é perigosa e pode causar um conflito religioso. Israel assumirá inteira responsabilidade pelas consequências explosivas da sua agressão militar no Médio Oriente, especialmente na Palestina.
5. Nestes termos, solicita-se a comunidade internacional, as Nações Unidas, os membros do Quarteto, a União Europeia e a UNESCO para assumirem a sua

responsabilidade de proteger a cidade e os seus territórios islâmicos e cristãos sagrados, para suspenderem os ataques contra grupos religiosos de cristãos e muçulmanos e o povo da Palestina na Cidade Santa. Deve-se envidar esforço concertado no âmbito do quadro do direito internacional e os aspectos relevantes da Convenção de Genebra com vista a impedir a agressão militar de Israel contra a Palestina.

6. O anúncio feito pelo Presidente Milos Zeman, da República Checa, para transferir a embaixada do seu país para Jerusalém, a capital do Estado da Palestina, foi um acto condenado a nível internacional. Este anúncio foi considerado como um abuso dos direitos do povo palestino e a sua justa causa. É entendido como uma atitude de violação das resoluções da legitimidade internacional, incluindo a Convenção de Genebra. Neste sentido, a sua posição é contrária à posição da União Europeia.

III. As negociações entre Palestina e Israel:

7. A necessidade de apoiar a continuação das negociações entre a Palestina e Israel deve ser realçada. Para alcançar este nobre sonho, os membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas têm apoiado acções internacionais que visam persuadir a ocupação de Israel para mudar os seus métodos de negociação na abordagem da questão da Palestina e gerir o processo de paz para o benefício da região. Esta linha de acção foi aprovada pelos Estados Unidos da América e desta forma proporcionou as garantias necessárias para retomar o processo de negociação de acordo com as normas, princípios e referências específicas que devem ser cumpridos e dentro de um período específico (9 meses), com início no fim de Julho de 2013 até Abril de 2014. No âmbito destes esforços, Israel comprometeu-se a não levar a cabo nenhuma acção que iria contribuir para a injustiça ou preempção dos resultados das negociações relativas ao estatuto final. À luz da análise precedente, cabe ao Governo de Israel suspender todas as actividades de colonatos e prosseguir com o processo de negociação sob os auspícios dos Estados Unidos.
8. Durante o período em análise, a política de Israel de ocupação contínua afectou negativamente o ritmo de desenvolvimento nos territórios palestinos. A aquisição contínua de terra e de outros recursos disponíveis afectou ainda mais as capacidades produtivas dos sectores agrícola e industrial da economia. Esta situação é mais complicada pela política adicional de isolamento instituída por Israel, que subestimou a capacidade da Autoridade Palestiniana para implementar programas de desenvolvimento e fortalecer as suas instituições relevantes no território. Esta situação continua a perpetuar a cultura de dependência externa em relação à assistência da comunidade internacional por parte da Autoridade Palestiniana.
9. É necessário alcançar uma paz duradoura e reconciliação na Palestina, com base nos acordos assinados em Cairo e Doha. A UA apoia a posição dos

Estados Árabes de oferecer material e solidariedade política para a libertação do povo palestino, de acordo com as resoluções da Liga dos Estados Árabes.

10. Falando no Conselho de Segurança das Nações Unidas em Setembro de 2013, o Presidente Palestino, Mahmoud Abbas, saudou a retomada das conversações de paz, enquanto ao mesmo tempo critica a construção dos colonatos de Israel. Hamas e Jihad Islâmico apelaram para uma terceira intifada e um porta-voz do braço armado de Hamas afirmou que as actuais conversações de paz eram "fúteis". Está claro que o principal desafio para o processo de paz é de aumentar os colonatos israelitas nos territórios ocupados.
11. Manifestando a posição do governo israelita, o Primeiro-ministro israelita, Benjamin Netanyahu, afirmou que as negociações não serão fáceis; que serão difíceis e secretas nas primeiras etapas. O Primeiro-ministro acrescentou que irá apelar para a realização de um referendo sobre qualquer acordo alcançado através destas negociações.
12. Os últimos meses de 2013 revelaram ser mais difíceis para o processo de paz, uma vez que o Primeiro-ministro Netanyahu rejeitou categoricamente o direito palestino de retomar o processo e afirmou que Jerusalém deve permanecer indiviso. Novamente, os negociadores israelitas afirmaram que não haverá um Estado baseado nas fronteiras de 1967 e que a Parede de Separação constituirá uma delimitação. Subsequentemente, a equipa palestina abandonou as negociações atribuindo culpa à "escalada de construção dos colonatos".

IV. Os prisioneiros palestinos

13. Os presos e detidos palestinos estão a sofrer em mais de 30 prisões e centros de detenção. As violações dos direitos dos prisioneiros incluem assassinatos e tortura por unidades especiais nas prisões, incluindo isolamento, recusa de visitas, inspecções e provocação das suas famílias nos postos de controlo militares e nas entradas das prisões. Tudo isto é feito numa total violação dos princípios básicos dos direitos humanos, especialmente a Quarta Convenção de Genebra de 1949 sobre a protecção de civis em tempo de guerra.
14. Israel libertou mais de 100 prisioneiros, incluindo 24 árabes, a maior parte dos quais foram condenados a prisão perpétua, incluindo vários residentes da Cisjordânia e da Faixa de Gaza.
15. As autoridades de Israel assumem plena responsabilidade pela morte de alguns palestinos nas prisões israelitas, tais como o prisioneiro Abu Hamadiya. Os Estados-membros da UA apelam às Nações Unidas, à Cruz Vermelha Internacional, às organizações humanitárias e de direitos humanos internacionais para intervirem imediatamente com vista a analisar a situação dos presos palestinos, incluindo os abusos dos direitos humanos e a negligência médica a que estão expostos, numa violação total do direito humanitário

internacional e as Convenções de Genebra. Esta situação afecta seriamente as vidas de milhares de presos e detidos palestinianos, especialmente os que estão em greve de fome, que Israel recusa-se libertar.

V. O Muro do apartheid

16. As forças de ocupação israelitas ainda estão a usar os portões construídos como armadilhas para deter palestinianos e sujeitá-los à humilhação e ao tratamento desumano por soldados israelitas. As forças de ocupação israelitas continuam a usar força excessiva, deliberadamente contra marchas pacíficas de protesto, organizadas por civis palestinianos, membros da solidariedade internacional, activistas da paz e defensores dos direitos humanos contra o muro do apartheid.
17. No dia 16 de Julho de 2013, a União Europeia tomou a decisão de excluir os colonatos israelitas no território ocupado da Palestina incluindo Jerusalém Oriental, da cooperação com a instituição. Esta decisão também implica a proibição da cooperação e financiamento de quaisquer projectos, actividades ou instituições dos territórios ocupados. Este é um passo positivo da União Europeia que é susceptível de um impacto profundo para o alcance dos direitos legítimos do povo palestiniano e o seu direito de acabar com a ocupação e criar um Estado independente da Palestina.

VI. Resultado da Terceira Cimeira África - Árabe

18. Numa verdade demonstração de solidariedade Afro-Árabe sobre a questão palestiniana, durante a Terceira Cimeira África - Árabe realizada na Cidade de Kuwait, Estado de Kuwait, de 19 a 20 de Novembro de 2013, os Chefes de Estado e de Governo da União Africana e da Liga dos Estados Árabes reafirmaram a sua forte posição sobre a necessidade de pôr termo à ocupação israelita dos territórios palestinianos e árabes e criar um Estado palestiniano.
19. Os Chefes de Estado e de Governo condenaram a ocupação ilegal e ilegítima dos territórios palestinianos por parte de Israel, incluindo Jerusalém Oriental, como capital do Estado da Palestina e reiteraram a sua posição colectiva de que a política prevalecente de colonatos de Israel viola o direito internacional e afecta a solução e as perspectivas dos dois Estados para a paz.
20. Os Chefes de Estado e de Governo realçaram o seu apoio contínuo aos esforços palestinianos para fazer valer a posição do Estado da Palestina, de um membro de pleno direito das Nações Unidas e neste espírito renovaram o seu apelo para que os países do mundo que ainda não reconheceram o Estado da Palestina o façam.
21. Os Chefes de Estado e de Governo reafirmaram o seu compromisso de apoiar as negociações entre as partes palestiniana e israelita, com base na Iniciativa de

Paz Árabe, a solução de dois Estados e as resoluções relevantes das Nações Unidas dentro de um período de 9 meses definido para estas negociações com efeito a partir de 29 de Julho de 2013, com vista a estabelecer a almejada paz, pôr termo à ocupação e criar um Estado Palestino independente com Jerusalém Oriental como sua capital.

VII. Conclusão e recomendações:

22. A União Africana deve tomar nota de um recente desenvolvimento positivo em relação à autodeterminação do Estado da Palestina ao nível das Nações Unidas. Durante a Assembleia-geral das Nações Unidas realizada no dia 21 de Novembro de 2013, foi apresentada uma resolução sobre o direito do povo palestino à autodeterminação. A resolução recebeu uma resposta afirmativa retumbante com 165 votos registados a favor, contra 6 votos contra e 3 abstenções. Recomenda-se que a UA intensifique a sua campanha internacional para a autodeterminação e independência da Palestina no contexto da solução de dois Estados, tomando em conta este clamor internacional positivo para a autodeterminação da Palestina e do seu povo.
23. Em linha com os seus princípios de solidariedade, justiça e paz, a UA apoia o povo palestino nos seus esforços visando a restauração dos seus direitos legítimos para criar um Estado independente, coexistente em termos de paz com o Estado de Israel. A UA apoia, igualmente, o levantamento do bloqueio da Faixa de Gaza sitiada por terra e por mar desde 2008.
24. Recomenda-se a aprovação de uma resolução que confirma e reafirma as anteriores decisões da UA em apoio à libertação total do povo palestino e incentiva os seus Estados-membros para prosseguirem com o seu apoio à causa palestina em fóruns internacionais relevantes.
25. A UA deve demonstrar o seu apoio em prol das negociações em curso entre os palestinos e israelitas, agendadas para um período de nove meses. Ademais, a União Africana deve apoiar os termos de referência acordados para a conclusão bem-sucedida destas negociações de paz.
26. A UA e a comunidade internacional devem responsabilizar Israel pelo agravamento da crise nesta região, devido à intensificação das actividades dos colonatos nos territórios ocupados palestinos durante os últimos meses.
27. Em linha com os seus princípios de paz e autodeterminação, a União Africana deve prestar apoio à justiça antecipada da causa palestina. A União Africana é, portanto, convidada a confirmar o seu compromisso e solidarizar-se com o povo palestino na sua luta de libertação até à criação de um Estado soberano da Palestina sobre o seu território nacional, com Jerusalém Oriental como sua capital.

2014

Report of the commission on the situation in the Middle East and Palestine May 2013-January 2014

African Union

African Union

<http://archives.au.int/handle/123456789/4353>

Downloaded from African Union Common Repository